

PLANO DE GOVERNO 2011 - 2014

**SABER OUVIR.
SABER FAZER.**

GOVERNADOR
BETO RICHA
VICE **FLÁVIO ARNS**
45

NOVAS IDEIAS PARA UM NOVO PARANÁ

Apresentação

Antes de pedir o primeiro voto é preciso responder a uma indagação que se repete a cada campanha eleitoral: para que serve um Plano de Governo? No imaginário popular, trata-se de documento que tem por finalidade vencer a eleição e se exaure assim que são lacradas as urnas. Nada mais equivocado. O Plano de Governo é uma carta de intenções e de princípios que o candidato submete ao crivo dos eleitores durante o processo eleitoral. O conteúdo do Plano é matéria prima que alimenta os debates – com a sociedade civil organizada, com as entidades de classe, com os meios de comunicação e com a comunidade diretamente –, que constituem a essência de eleições livres e democráticas. Dessa discussão de ideias recolhem-se subsídios e contribuições para aperfeiçoar programas e projetos, de forma a moldá-los às reais demandas e prioridades apontadas pela maioria dos eleitores.

Eleição é a escolha que se faz dentre propostas apresentadas pelos candidatos e a capacidade destes em executá-las no comando do Executivo, sendo, portanto, indispensável que ambos – candidato e Plano de Governo – sejam avaliados com a acuidade exigida para assuntos que dizem respeito ao futuro de toda a população do Paraná. Não há candidato que se possa apresentar como opção ao eleitor sem o amparo de um Plano consistente e viável, que dê conta dos enormes desafios que do presente e do futuro. Por óbvio, não há Plano que empolgue sem um candidato habilitado para liderá-lo. Eis aqui uma das exigências mais elementares do processo de escolha do futuro governador: a capacidade de liderança. A campanha eleitoral é o momento adequado para demonstrar que Plano de Governo é ferramenta valiosa para a gestão pública, não apenas instrumento de marketing.

Uma vez eleito – e, conseqüentemente, validado o Plano de Governo –, o candidato compromete-se a transformar seu conteúdo em diretriz central de sua gestão, colocando em prática o que foi objeto de avaliação dos eleitores. Governos bem sucedidos são aqueles que têm como regra cumprir os compromissos firmados com a população, executar com celeridade e eficiência os projetos prioritários e estabe-

lecer pleno controle sobre os sempre escassos recursos públicos. Atendidas estas premissas, a administração pública cria as condições mínimas necessárias para desenvolver-se em perfeita sintonia com a opinião pública, amenizando conflitos que se constituem, sempre, em obstáculos que retardam soluções para problemas prementes e, geralmente, de fácil solução. As urnas têm o poder de transformar o Plano de Governo em pacto entre sociedade e governo.

O candidato **Beto Richa** reúne todas as credenciais necessárias para conduzir o Paraná a um novo estágio de desenvolvimento. Engenheiro por formação, duas vezes deputado estadual, vice-prefeito e duas vezes prefeito de Curitiba, **Beto Richa** tem formação política exemplar (filho do ex-governador José Richa) e experiência administrativa comprovada na Prefeitura de Curitiba, que lhe garantiu a indicação de Melhor Prefeito do Brasil por 10 períodos consecutivos. Nas duas eleições para prefeito da Capital do Paraná (2004 e 2008), **Beto Richa** registrou em cartório e cumpriu fielmente seu Plano de Governo. É uma inquestionável demonstração de respeito às manifestações dos eleitores que votaram nele e aprovaram seu projeto de desenvolvimento e a confirmação, na prática, de que o Plano de Governo é uma espécie de bíblia a orientar toda a administração pública. Para **Beto Richa**, o Plano de Governo é uma diretriz da qual jamais se desviou – uma vez aprovado, deve ser cumprido.

O Plano de Governo reúne um elenco de diretrizes e princípios que serão seguidos na gestão **Beto Richa** por todas as instâncias da administração estadual. A saber:

Diretrizes

1. Planejamento

Todas as ações de governo serão resultado de planejamento prévio, ferramenta essencial para um projeto de desenvolvimento sustentado. O **planejamento** retira da administração pública um de seus mais perversos e renitentes defeitos: a improvisação. Planejar com critério e visão estratégica é garantia de mais e melhores investimentos em infraestrutura e desenvolvimento humano.

2. Economia

Todos os gastos do governo – investimento e custeio – terão que observar o preceito da **máxima economia dos recursos públicos**, preservada a qualidade dos produtos e serviços ofertados à população. Fornecedores terão de descontinuar a prática de vender a governos a preços mais elevados. Comprar mais por menos e melhor passará a ser dever de ofício do gestor público.

3. Qualidade

Todos os produtos e serviços públicos terão de incorporar um item obrigatório: o **padrão de qualidade**. A sociedade não mais admite pagar impostos e receber em troca produtos e serviços de qualidade inferior àquela ofertada pela iniciativa privada – em muitos casos, a custos menores. A máxima segundo a qual tudo o que é público é ruim tem de ser substituída pelo conceito de valor agregado e qualidade superior, proporcional aos tributos pagos.

Princípios

1. Ética na Política

A gestão pública será baseada no respeito às Constituições Federal e Estadual, às leis, aos demais poderes constituídos e aos regulamentos que a regem. Todas as decisões serão transparentes e com a finalidade de atender o interesse público – dando-se a cada uma delas a devida divulgação, que terá caráter educativo, informativo e de orientação social. O governo terá coerência entre o que propõe (moral) e como age (ética).

2. Respeito aos Cidadãos

Todas as ações do governo serão baseadas no pleno respeito às demandas apresentadas pela coletividade. Celeridade nas respostas a todas as solicitações, adequação nas soluções propostas e cortesia no relacionamento com as pessoas constituem a essência de um governo voltado aos interesses coletivos. Respeitar o direito dos cidadãos é devolver a cada um a esperança de um futuro melhor.

3. Controle Orçamentário

A gestão **Beto Richa** terá como termômetro de seu desempenho o total controle sobre os gastos públicos. Os recursos arrecadados por meio dos impostos, contribuições e taxas pagos pelo contribuinte serão empregados de maneira parcimoniosa, sem desperdícios e com a devida prestação de contas. Gastar apenas – e bem – o que se arrecada é regra que doravante será cumprida por toda a administração pública.

Diagnóstico

Um bom Plano de Governo pode ser, na prática, um fracasso se não for concebido coletivamente, com um olho na demanda da população e outro na disponibilidade de recursos para executá-lo. E não pode prescindir de uma visão de futuro ajustada ao que ocorre no mundo globalizado em que vivemos. É preciso, sim, suprir as necessidades mais prementes, mas é impostergável preparar o Estado para o futuro – contemplando as novas tecnologias que virão, os novos trabalhadores que ingressarão no mercado de trabalho, as novas profissões, a preservação ambiental adequada e mínima, as novas formas de organização social. Um Plano de Governo que prescreva todas as potenciais condições do futuro precisa partir de premissas adequadas – quais sejam: um preciso diagnóstico da realidade e um mapa que nos oriente ao estágio de desenvolvimento que desejamos atingir.

Um diagnóstico da realidade paranaense não deve, contudo, identificar apenas os pontos fracos, mas também pontuar os programas, projetos e políticas de desenvolvimento que vêm dando certo ao longo do tempo. Para o candidato **Beto Richa**, o Paraná está em permanente construção, cada geração fazendo a sua parte sempre em busca de uma vida melhor para todos. Dessa compreensão extrai-se o primeiro compromisso a ser firmado com a sociedade: preservar e melhorar todas as ações públicas que contribuem para o desenvolvimento do Paraná, especialmente em três frentes integradas e complementares, a saber:

- **Ação estatal:** utilizar de maneira positiva o prestígio e a solidez das empresas públicas para induzir o desenvolvimento de todo o Estado e, especialmente, das regiões mais deprimidas. A **Copel** e suas subsidiárias, a **Sanepar** e o **Porto de Paranaguá** terão papel fundamental na estratégia de desenvolvimento do novo Paraná. Mantendo o controle público dessas empresas e estruturas, o Estado terá poderosa ferramenta para apoiar sua política de desenvolvimento econômico, ambiental e humano. O patrimônio público será a garantia de novos benefícios para todos os paranaenses.

- **Apoio social:** preservar e ampliar os programas sociais voltados às populações mais carentes, ao mesmo tempo em que estimula sua inclusão no mercado de trabalho. Os subsídios à **luz, água e leite** serão mantidos e melhorados para beneficiar mais gente, a partir de um controle mais eficaz a ser estabelecido por uma administração comprometida com a transparência e a ética. Com isso, mais paranaenses serão atendidos pelos programas sociais mantidos com recursos públicos.

- **Política fiscal e de renda:** praticar uma política fiscal justa, que preveja, dentre outras ações, a manutenção e a ampliação da **isenção de impostos** para microempresas, estimulando a formalização da produção e a geração de empregos. Manter o **salário mínimo regional** como política de elevação da renda média dos trabalhadores.

O Paraná é um estado com economia em transição – da ainda forte base agrícola para um modelo de equilíbrio entre agronegócio, indústria e serviços. Esse processo de transição – iniciado na década de 70 do século passado, com a implantação do primeiro parque industrial em Curitiba, e reforçado em meados da década de 90, com a vinda da indústria automobilística – vem sofrendo com os baixos índices de investimento público em infraestrutura, com a ausência de formação de mão de obra – particularmente a técnica de nível médio –, com a escassa oferta de crédito e com a insuficiente disponibilidade de serviços públicos de qualidade. É urgente consolidar as bases da nova economia paranaense, de forma a permitir um novo ciclo de desenvolvimento, especialmente na área social, cujos indicadores demonstram uma incompreensível e injustificável estagnação.

Para entender o Paraná de hoje e suas possibilidades futuras é preciso compreender os ciclos econômicos que o conduziram até aqui. A saber:

1. Ciclo do Ouro

Como muitos outros Estados, o Paraná teve no ouro o seu primeiro ciclo econômico de importância, que se desenvolveu a partir do século 17 até meados do século 18. O litoral foi a região que mais se beneficiou das primeiras lavras exploradas. Cidades como Paranaguá, Antonina e Morretes, além da Capital Curitiba, no primeiro planalto, tiveram suas primeiras povoações ligadas à exploração do ouro. Em pouco tempo, no entanto, as lavras de ouro de Minas Gerais suplantaram todas as demais, determinando sua extinção.

2. Ciclo do Tropeirismo

Em consequência da hegemonia mineira na exploração do ouro, um novo ciclo econômico surgiu no Paraná, mais próspero que o anterior: o tropeirismo (meados do século 18 ao começo do século 20). As populações mineiras eram abastecidas com carne proveniente do Rio Grande do Sul, gerando um crescente comércio entre aquele Estado e a cidade de Sorocaba, em São Paulo.

O comércio de carne e de muares para o sudeste cortou o Paraná, incentivando o surgimento de inúmeras fazendas e foi responsável pelo início de cidades como Rio Negro, Lapa, Porto Amazonas, Palmeira, Castro, Tibagi, Sengés – alterando o perfil econômico do Estado.

3. Ciclo da Erva-Mate

Paralelamente ao movimento dos tropeiros, outro ciclo teve início: o extrativismo da erva-mate, que teve seu apogeu no século 19 até meados do século 20. A atividade ervateira chegou, na época, a representar cerca de 85% da economia da recém instaurada Província Paraná. O mate gerou muitas fortunas, abriu as portas do mercado paranaense para o exterior, incentivou a navegação fluvial nos rios Iguaçu e Paraná e permaneceu como uma das atividades mais importantes até o final da década de 1930.

4. Ciclo da Madeira

A economia ervateira perdeu parte de sua importância para outro ciclo que ganhava espaço nos anos 1930/1940 do século 20: a exploração da madeira. Primeiramente retirada do litoral, com a conclusão da ligação com o planalto por meio da estrada de ferro e das primeiras rodovias, avançou para o interior do Estado. Foi o período de maior desmatamento da extensa floresta de araucária que o Paraná possuía. A economia da madeira, como a do mate, fez muitas fortunas e ultrapassou a da própria erva-mate em arrecadação, principalmente após a década de 1940. Foi este ciclo que atraiu os ingleses e povoou parte do interior do Estado.

5. Ciclo do Café

No século 19, os primeiros imigrantes chegaram ao Paraná. Entre eles, milhares de agricultores originários da Itália, Alemanha, Polônia, Ucrânia e Rússia. Esse processo desencadeou e ampliou o trabalho e a exploração da terra e deu início a cultura do café em três áreas: Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo. Este último teve sua colonização entre as décadas de 1930/50 pela Cia de Terras do Norte do Paraná. A fertilidade da terra roxa propiciou muitas lavouras do café e deu origem a cidades como Londrina, Maringá, Jacarezinho, Cornélio Procopio, Cianorte, Arapongas, Apucarana, dentre outras. O café, durante a década de 1960, chegou a representar 60% de toda a produção agrícola do Paraná. O mesmo crescimento de ocupação territorial e econômica repetiu-se com o oeste e sudoeste paranaense. Migrantes, principalmente oriundos do Rio Grande do Sul, introduziram a cultura da soja no Estado. Juntamente com o trigo, a soja tornou-se uma das bases da agricultura paranaense.

6. Ciclo da Industrialização

o processo de industrialização do Paraná é considerado o mais recente – e ain-

da em construção – ciclo da economia do Estado. Processo que se iniciou de fato a partir da década 1970 e que se ampliou nas duas últimas décadas, com a implantação de empresas de tecnologia de ponta, material elétrico, comunicações, automotiva, petróleo, além da própria agricultura que, mecanizada, originou a agroindústria.

Com essa trajetória, o Paraná tornou-se uma das economias mais desenvolvidas do Brasil, referência em planejamento urbano, reverenciado como celeiro agrícola do país, com elevados indicadores de qualidade de vida. Realidade que começou a mudar a partir dos anos 2000, quando a economia de outros Estados iniciou curva de crescimento mais robusta que a do Paraná. Nos últimos anos, o Paraná vem perdendo posições no ranking de desenvolvimento dos Estados brasileiros, produzindo indicadores que nos obrigam à reflexão. Enquanto o PIB per capita de R\$ 15.711,00 (dado de 2007), coloca o Estado em sétimo lugar dentre todos os Estados da federação, acima da média brasileira, o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano revela uma tragédia – nada menos que 296 municípios (75% do total) encontram-se abaixo da média nacional.

O Paraná é ainda o maior produtor agrícola nacional. Em 2007, superando o Rio Grande do Sul, transformou-se no quarto maior centro industrial do país. É grande exportador de bens industrializados – em 2009 o complexo automotivo representou 9,5% das exportações; o de carnes, 12,6%; e o da soja, 28,6%. Apesar disso, o Estado enfrenta dois desafios crônicos: a concentração econômica, populacional e de prestação de serviços em três regiões, basicamente – Grande Curitiba, Londrina e Ponta Grossa –, e a queda nos investimentos públicos. Estudo da Secretaria do Tesouro Nacional revela que, de 2003 a 2008, houve queda de mais de 10% no volume de investimentos públicos no Paraná. No mesmo período, São Paulo e Minas Gerais tiveram crescimento no volume de investimentos de até 284%. O Paraná investe apenas 6,7% do total de sua receita, contra uma média nacional de 11,5%, o que sugere que o Estado vem empobrecendo a ritmo alarmante, posto que o investimento mínimo recomendado é de 20% da receita.

Não bastassem os exíguos investimentos, a concentração dos recursos nas três regiões mais adensadas do Estado deprimiu ainda mais o interior historicamente mais desprovido de estrutura. Juntas, essas regiões concentram 73,5% do PIB estadual. Dez municípios dessas regiões detêm 61,5% do PIB industrial. Além disso, em menos de quatro décadas houve inversão na distribuição da riqueza: em 1970, 70% do valor agregado industrial eram gerados no interior; em 2007, 70% se encontravam na Região Metropolitana de Curitiba, para onde, no período de 1995 a 2007, foram direcionados quase 70% dos investimentos industriais. Por outro lado, amplos setores da economia sofrem de baixa integração vertical e horizontal em suas cadeias produtivas, resultando em produção de baixo valor agregado. A receita média por área cultivada é inferior em 57% à obtida no estado de São Paulo, 41,4% à obtida em Santa Catarina e 13,8% à obtida no Rio Grande do Sul.

Estes dados revelam que há uma persistente distorção, por inércia ou desvio de objetivos do governo estadual, nos projetos de desenvolvimento do Paraná, e não é imprudente projetar para um futuro próximo o alargamento do fosso entre centros urbanos cada vez mais ricos e o interior cada vez mais pobre. O desafio que, desde há muito, aguarda a próxima gestão é encurtar a distância que separa os que têm pouco dos que não têm nada e, partir deste novo patamar, construir um Estado em que todos tenham muito. A população do Paraná também se concentra em poucos municípios. O Estado conta 10.686.247 habitantes, sendo que 3.618.943 habitantes vivem na Região Metropolitana de Curitiba (Estimativa IBGE, 2009). Se não é possível levar a população para regiões melhores – até porque não é coerente e viável – que se estendam a todos os benefícios que só o Estado pode propiciar. Pode-se observar em detalhes esta distribuição na tabela a seguir (Tabela 1).

Tabela 1

DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS SEGUNDO TAMANHO DA POPULAÇÃO – PARANÁ, 2009.

Classes de Tamanho (Habitantes)	Nº de Municípios	% Municípios	Nº de Habitantes	% Habitantes
Menos de 5.000	96	24,06	343.171	3,21
5.000 a menos de 10.000	113	28,32	796.248	7,45
10.000 a menos de 20.000	103	25,81	1.463.381	13,69
20.000 a menos de 50.000	54	13,53	1.635.301	15,30
50.000 a menos 100.000	17	4,26	1.285.632	12,03
100.000 a menos de 500.000	14	3,51	2.800.592	26,21
De 500.000 a mais de 1 milhão	2	0,51	2.361.922	22,10
Total	399	100	10.686.247	100

Fonte: IBGE, Estimativa 2009.

Em 33 municípios com mais de 50 mil habitantes vivem 6.448.146 habitantes, ou seja, 60,34% da população do Estado, enquanto nos outros 366, vivem 4.238.101, ou 39,66% da população. São 113 os municípios que possuem entre 5 e 10 mil habitantes e 96 os que têm menos de 5 mil. De um modo geral, os pequenos municípios são os que apresentam o menor dinamismo econômico e os que mostram tendência a perdas populacionais – principalmente da população adulta e ativa – decorrentes da busca por melhores oportunidades de vida. Dados da estimativa

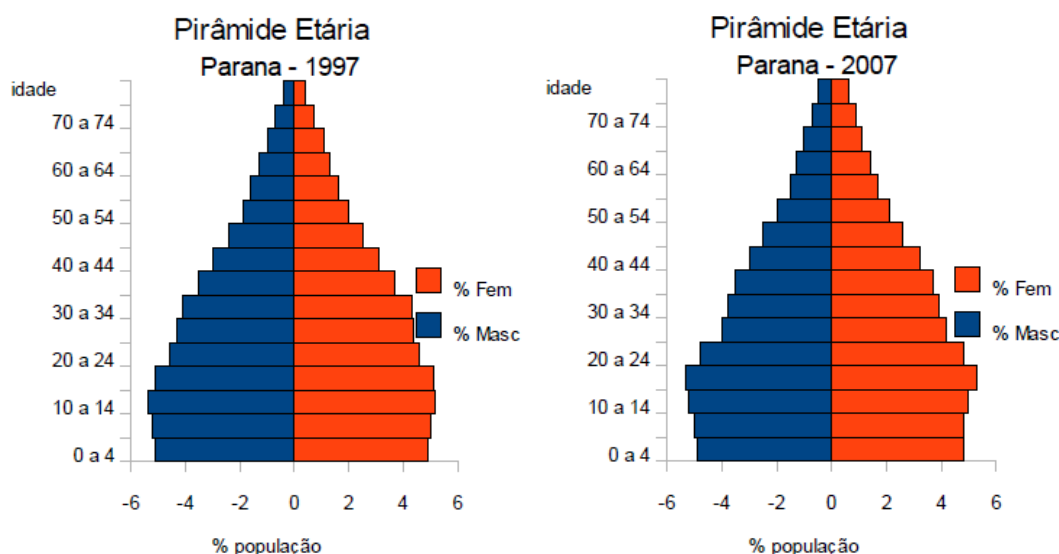
populacional do IBGE, em 2009, comparados aos dados do Censo de 2000, mostram que no Paraná, 168 municípios perderam população naquele período; 159 deles tinham menos de 20 mil habitantes e os outros nove tinham entre 21.672 a 35.155 habitantes.

Em contrapartida, o inchaço das regiões mais desenvolvidas aumenta o contingente de pessoas que pressionam os mercados de trabalho, a infraestrutura e os serviços públicos. Dos 20 municípios que mais cresceram entre 2000 e 2009, 9 (45%) são da Mesorregião Metropolitana de Curitiba, e entre os 40 municípios do estado com mais de 40 mil habitantes em 2009, 11 (27%) são da mesma região. O chamado Núcleo Urbano Central (Curitiba e áreas urbanas adjacentes) tinha em 2007, 3 milhões de habitantes e terá cerca de 4,1 milhões de habitantes em 2020, o que torna premente a necessidade de repensar o planejamento para a região.

Além disso, a composição etária da população paranaense vem se modificando substancialmente nas últimas décadas. Se no passado falava-se em pirâmide, em cuja base larga predominavam as crianças e os muito jovens e no vértice a população idosa em menor número, o que temos hoje é uma redução na proporção de crianças e jovens e um aumento da população adulta e de idosos. Assim como no Brasil em geral, no Paraná sobressai a forte tendência decrescente da população de crianças e jovens, entre zero e 14 anos e o crescimento acentuado da população de 65 anos e mais. Esta é, sem dúvida, mais uma poderosa causa de pressões crescentes sobre o mercado de trabalho e os serviços públicos (Gráfico 1).

Gráfico 1

PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DO PARANÁ – 1997 e 2007.



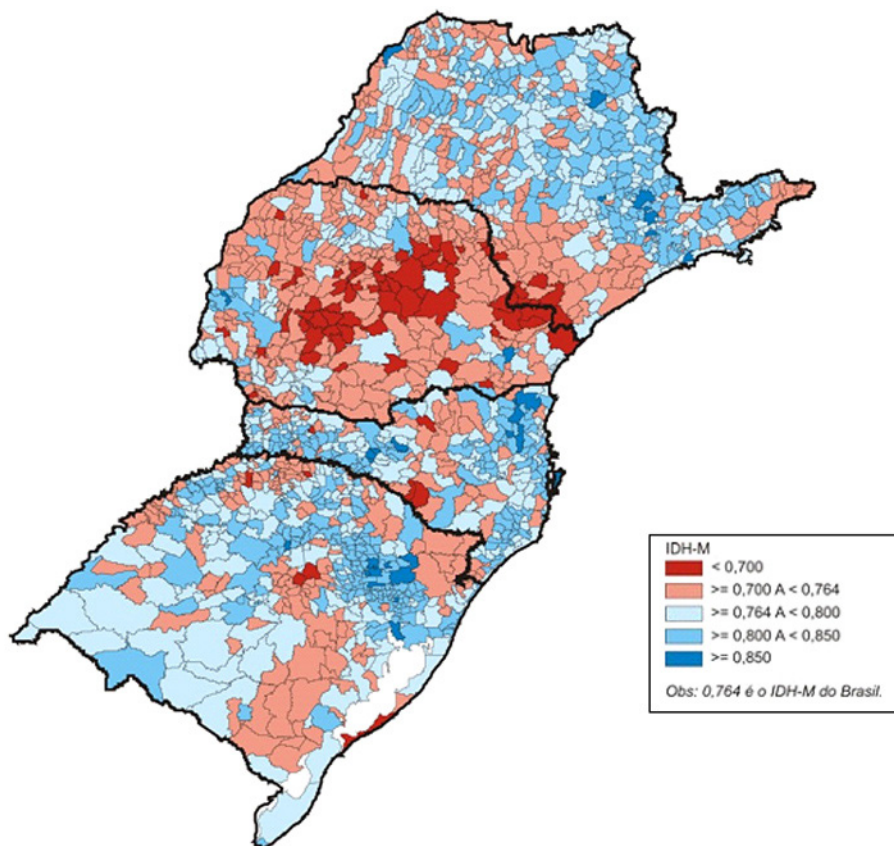
Fonte: IBGE (Censo Demográfico / IPARDES).

Por outro lado, a população jovem é a que mais sofre com a falta de oportunidades e a principal consequência é a forma como se encontra mergulhada num grave quadro social de insegurança. Um contexto de violência extrema que se estende por toda a sociedade, muito embora encontre entre os próprios jovens suas principais vítimas. No Paraná, o total dos registros de crimes consumados contra a pessoa nas áreas integradas de segurança pública, aumentou 31,8% de 2007 para 2008, ou seja, de 81.800 para 107.853 (SESP / Polícia Civil, 2008). Com a juventude a situação é mais grave. No Brasil, o Índice de Homicídios na Adolescência – IHA (número de adolescentes mortos por homicídio antes de completar 19 anos, para cada grupo de 1.000 adolescentes), tem o valor médio de 2,03 em 267 municípios pesquisados – cifra bastante elevada, considerando-se que uma sociedade não violenta deveria apresentar valores próximos de zero (UNICEF, 2009). Conforme a mesma pesquisa, no Sul do Brasil, três regiões se destacam com níveis ainda mais altos do IHA – todas no Paraná: Região Oeste, com Foz do Iguaçu liderando o ranking brasileiro, com 9,74 adolescentes mortos; Região Norte Central, tendo Londrina com número na faixa de 3 a 5 mortos; e Região Metropolitana de Curitiba, com Pinhais à frente, registrando IHA superior a 5 mortos.

O quadro até aqui delineado é corroborado pela situação do Índice de Desenvolvimento Humano no Paraná. Construído a partir de informações fundamentais para dimensionar as condições sociais da população – esperança de vida, escolaridade, analfabetismo e renda – o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) expõe as enormes desigualdades entre estruturas político-administrativas. Tendo como referência o ano 2000, o Paraná (0,787) situava-se numa posição extremamente desfavorável em relação aos estados do Sul e a São Paulo, com 296 municípios (75% do total do Estado) registrando IDH-M inferior à média do Brasil (0.766). Enquanto no Paraná predominavam municípios com IDH-M inferior ao do Brasil, nos demais Estados (SC, SP e RS) predominavam os municípios com índices superiores a 0,800, considerado de alto desenvolvimento humano (Mapa 1).

Mapa 1

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL E SÃO PAULO – 2000.



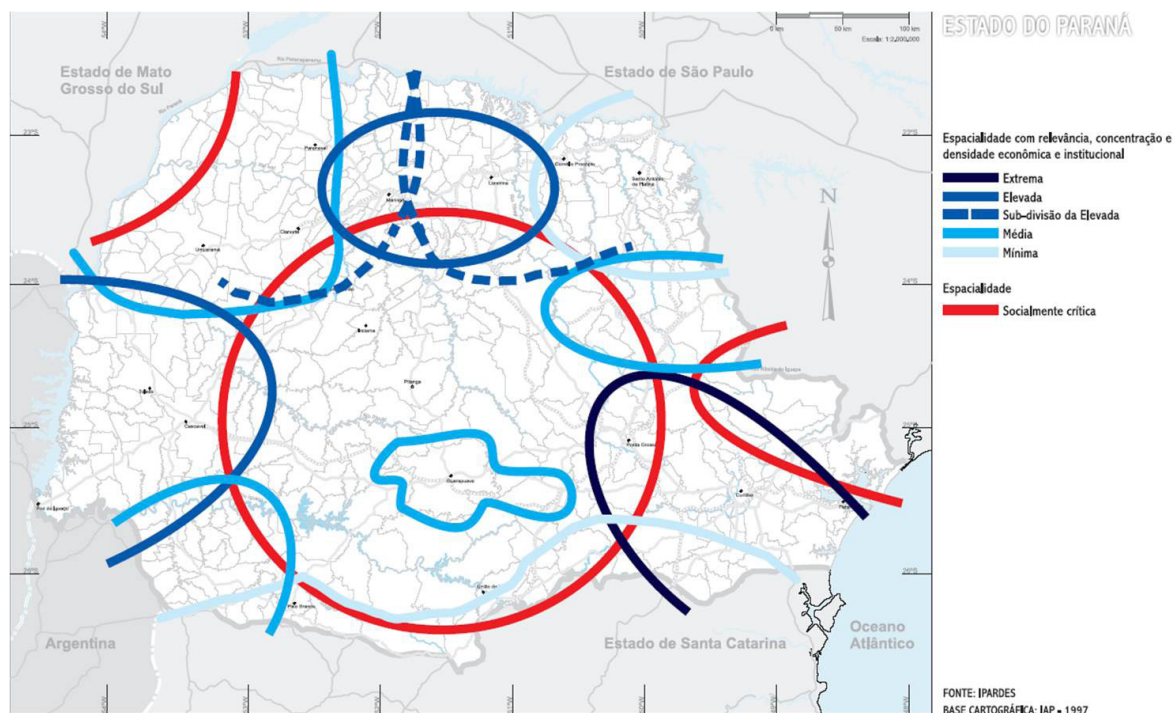
FONTES: PNUD / IPEA / FJP; IPARDES – Tabulações Especiais – 2009.

De acordo com esses dados de 2000, um terço (33%) da população paranaense vivia em municípios com IDH-M inferior ao do Brasil. Nos demais Estados essa proporção era substancialmente menor, menos de 10 %. E apenas 36% da população do Paraná vivia em municípios com índices de alto desenvolvimento, enquanto nos demais Estados essa proporção era de 60%, sendo que em Santa Catarina e em São Paulo atingia 72% (IPARDES, 2003). Os dados de 2005, ano de referência mais recente da pesquisa, mostram uma melhora desse indicador, embora a posição relativa do Paraná na Região Sul não tenha se alterado. O IDH do Paraná passou a 0,820 em 2005, ocupando a sexta posição no ranking nacional, atrás do Distrito Federal (0,874), Santa Catarina (0,840), São Paulo (0,833), Rio Grande do Sul (0,832) e Rio de Janeiro (0,832).

O IDH dos municípios paranaenses (mapas 2 e 3), revela enorme heterogeneidade, sugerindo a existência de “vários Estados”, conforme a densidade dos ativos econômicos e institucionais existentes nas diversas regiões. A análise dos dois mapas permite identificar com precisão os municípios socialmente mais críticos, aqueles que requerem atenção mais urgente para reversão do quadro de depressão.

Mapa 2

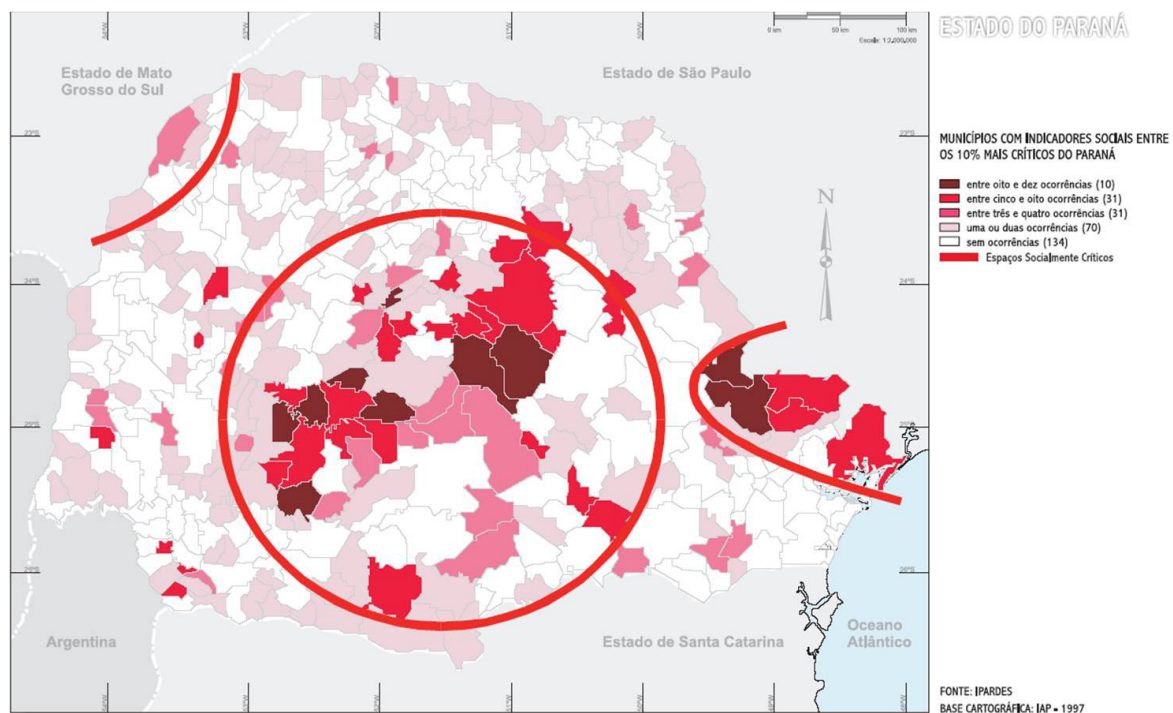
OS VÁRIOS PARANÁS



FONTE: IPARDES – 1997.

Mapa 3

MUNICÍPIOS SOCIALMENTE CRÍTICOS

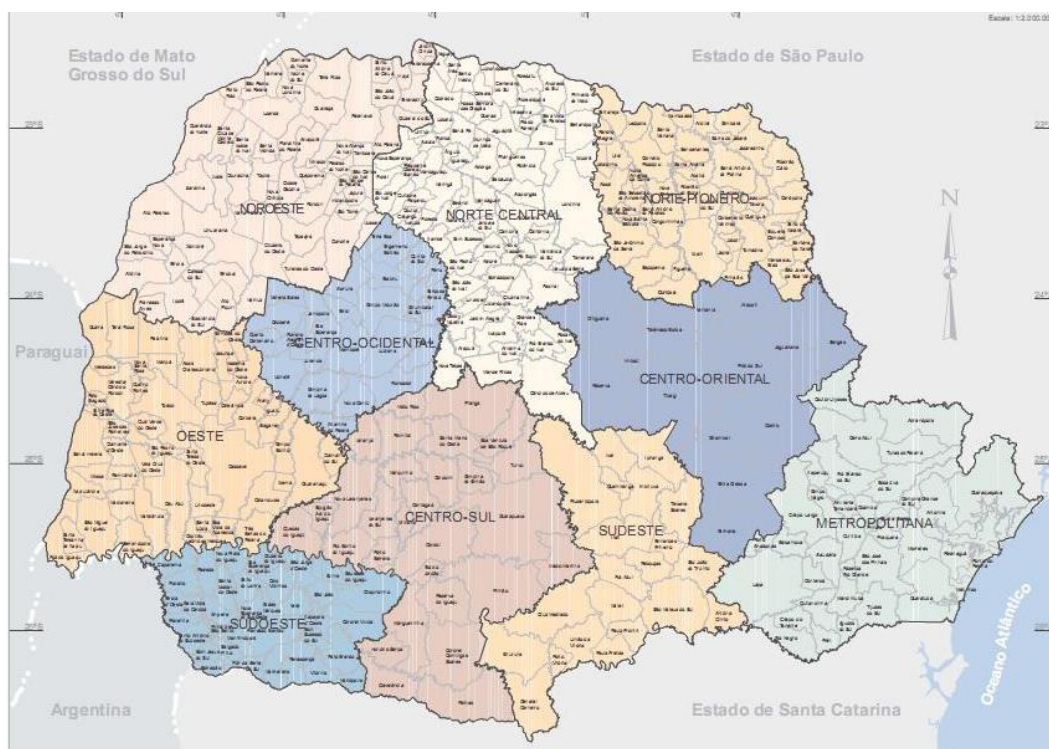


FONTE: IPARDES – 1997.

O que se verifica da análise factual desses dados, portanto, é um mix de causas e consequências que configura uma espiral social perversa e é a principal fonte geradora dos problemas que o Paraná precisa enfrentar. Para desenhar uma estratégia para o Paraná propõe-se a adoção da territorialidade apresentada nos mapas de mesorregiões (Mapa 4) e de regiões (Mapa 5) – a mesma utilizada pelo Sistema Único de Saúde e similar a das associações de municípios –, a definição de municípios-chave com potencial para exercerem o papel de sub-centros a serem fortalecidos (Mapa 6), e a identificação dos territórios do Estado que apresentem os maiores problemas e situações específicas (Mapa 7).

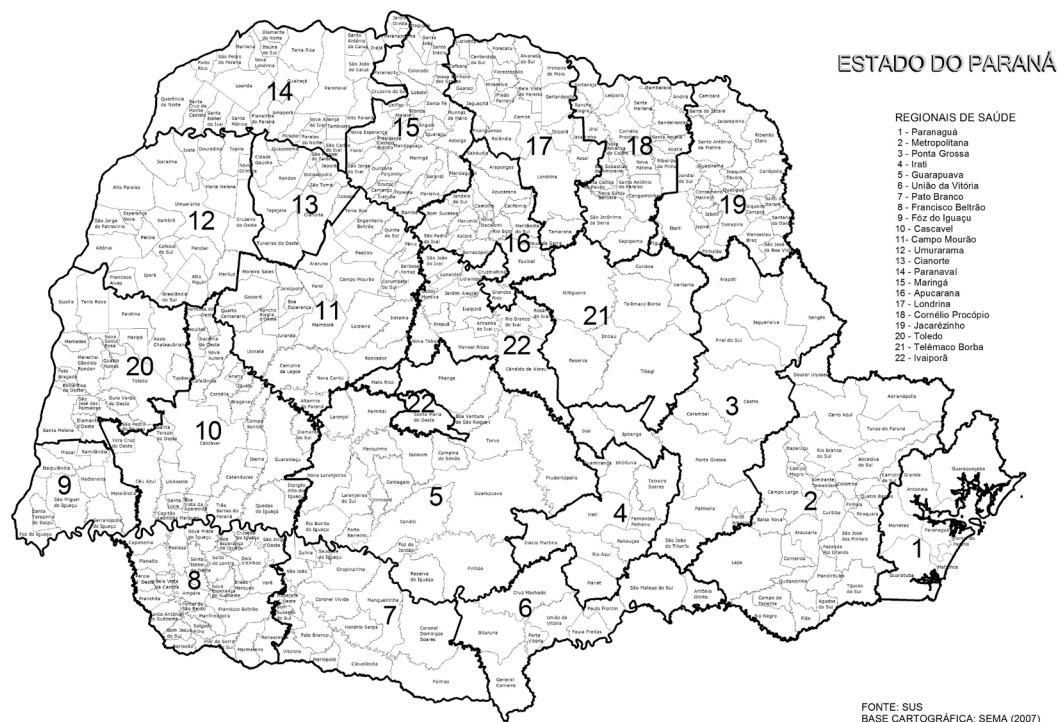
Mapa 4

MESORREGIÕES DO PARANÁ



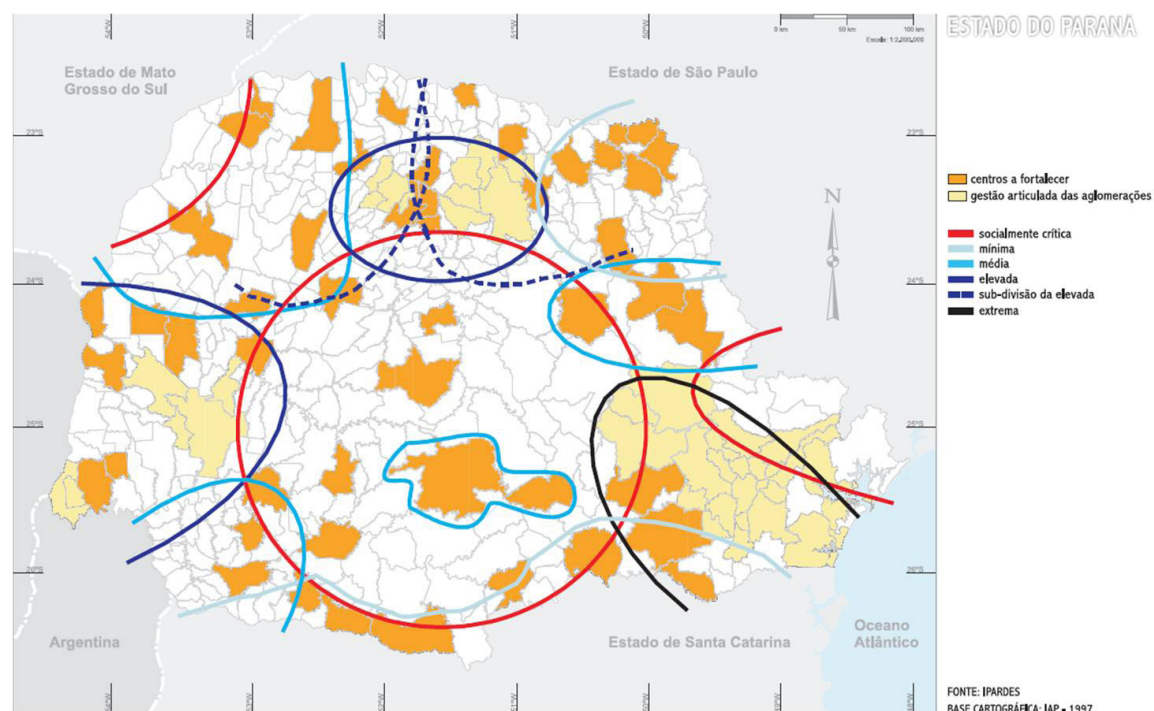
Mapa 5

REGIONAIS DA SAÚDE NO PARANÁ



Mapa 6

DESCONCENTRAÇÃO URBANA



OS TERRITÓRIOS



Fonte: IPARDES, 2009/2010.

Em resumo:

1. O desenvolvimento do Paraná é heterogêneo e concentrado;
2. A população economicamente ativa deixa os pequenos municípios, que são os menos desenvolvidos, porque neles não encontra oportunidades, principalmente educação e emprego;
3. Ao migrar, a população torna o desenvolvimento local ainda mais difícil por privar os pequenos municípios de sua principal riqueza potencial, o capital humano, o que gera desperdício de suas potencialidades produtivas;
4. Além disso, estes municípios sofrem com a persistência de um perfil institucional deficitário e com serviços inexistentes ou de baixa qualidade, como, por exemplo, os de saúde;
5. Por outro lado, as populações que migram aumentam a pressão por infraestrutura e serviços nas regiões mais concentradas e desenvolvidas;
6. Deslocando o foco de investimentos previstos – das regiões de origem para as de destino – os movimentos migratórios confundem o planejamento estratégico e perpetuam os problemas nos pequenos municípios;
7. Ao incharem desordenadamente, as regiões mais desenvolvidas não conseguem a nova demanda que se instala, criando uma situação insolúvel, na qual os pequenos municípios ficam sem a população e sem estrutura e os maiores centros com excesso de gente e igualmente sem infraestrutura;
8. Estas regiões, já demandadas em grande escala, entre outros fatores, pelas alterações do perfil demográfico da população, não conseguem produzir oportunidades e serviços em escala necessária;
9. O que prevalece neste processo é um quadro de desigualdades graves entre diferentes regiões do Paraná, com carências sociais mesmo nos territórios mais desenvolvidos;
10. A conseqüência mais visível é a de uma sociedade mergulhada numa situação de insegurança e violência extremas, que atinge sobretudo os mais jovens.

Estratégia para o desenvolvimento do Paraná

Visão de futuro

Governo e sociedade devem definir uma diretriz em torno da qual promoverão seus esforços para elevar a **Qualidade de Vida e o Desenvolvimento Humano** no Paraná. Não se trata de apenas atingir um maior índice médio de desenvolvimento humano (IDH médio), mas de construir um Estado com políticas voltadas à **Desconcentração do Desenvolvimento**. Um dos pontos de partida destas políticas deve ser a identificação das regiões que já demonstraram capacidade de melhorar a economia local, a oferta de empregos e sua inserção na dinâmica econômica e social do Estado. A distribuição equilibrada dos investimentos deve, portanto, priorizar a desconcentração econômica, fortalecendo as organizações e segmentos potenciais em atividade e as situações onde o desenvolvimento se mostre mais necessário. Em síntese, é preciso **aumentar a riqueza por m²** no Estado, ampliando a integração e o valor agregado em distintos campos da economia.

Desenvolvimento estadual e regional integrados

Ocupando papel central, como ponto de convergência de todo o esforço da sociedade e do governo, deverá estar o **Desenvolvimento Integrado Estadual e Regional**, condutor de todas as demais políticas de desenvolvimento e criação de valor, que explorem as potencialidades empreendedoras locais para a geração de oportunidades, riqueza e serviços resolutivos. A chave do sucesso será manter um contínuo esforço de convergência e sinergia do governo, das empresas e do terceiro setor. Um projeto desta magnitude não pode ser compreendido como ônus ao desenvolvimento econômico e ao Estado, mas como parte fundamental de uma dinâmica em que o social e o econômico interagem sistemicamente, num processo de efetivo desenvolvimento integrado.

Nessa construção serão imperativas políticas voltadas para a **Educação**, a **Ciência** e a **Tecnologia** como base fundamental e fator decisivo no médio e longo prazos. Valendo-se da base educacional, concomitante com a sua reconstrução,

o Estado terá que fomentar estratégias de **Desenvolvimento Econômico e Inovação**, visando a integração de cadeias produtivas, com agregação de valor e competitividade internacional, principalmente no campo de nosso potencial superior, que é o agronegócio, com inovação biotecnológica. As instituições de ensino superior deverão engajar-se em redes de inovação e desenvolvimento de ativos tecnológicos, de forma articulada às bases produtivas do Estado.

Deve-se também diversificar a economia a partir do potencial específico de cada região, com apoio às empresas já existentes, no contexto dos arranjos produtivos locais e com fomento ao surgimento de novas pequenas e médias empresas. Para isso serão essenciais programas amplos de qualificação dos trabalhadores e arranjos educacionais de nível médio profissionalizante, organizados para atender diretamente à atividade econômica instalada ou emergente.

Visando a melhoria da competitividade do Paraná serão também da maior relevância os planos regionalizados e integrados de **Infraestrutura e Logística**, que definam, com visão de futuro, sistemas modernos de circulação de pessoas, mercadorias e informações. Nesse caso, a questão da hidroenergia e dos transportes multimodais deve ganhar especial relevância.

Serão também fundamentais as iniciativas que situem o Paraná no contexto de efetivo engajamento na direção da sustentabilidade ambiental. É necessário implantar no Estado um processo de **Sustentabilidade e Meio Ambiente** efetivos, uma abordagem realista e integradora das possibilidades e das restrições, que encare a sustentabilidade como integrante de toda estratégia de desenvolvimento e como condição indispensável para geração de valor agregado e para a preservação das condições de vida das gerações de hoje e do futuro.

No eixo do **Desenvolvimento Social** as ações terão como principal finalidade a melhoria da qualidade de vida das pessoas, investindo principalmente nas áreas de saúde e segurança, sem abandonar os programas sociais de apoio emergencial enquanto forem necessários. Deverão constituir políticas de avanço social, promotoras de equidade, com visão territorial específica para cada situação, com a finalidade de reduzir a vulnerabilidade social das populações, sobretudo as que vivem nas regiões de maiores carências.

Um novo jeito de governar

A promoção do desenvolvimento integrado do Paraná terá que passar pela reconstrução do Governo. Um novo jeito de governar, com uma autêntica liderança. Um governo transparente e agregador, aberto à cooperação e à pactuação de objetivos de desenvolvimento com o mercado e o terceiro setor. Só um pacto com essas características, de efetiva **Governança Social**, garantirá as condições necessárias para o desenvolvimento. É imprescindível também que o Estado retome seu papel na **Descentralização e Regionalização**, a começar por verdadeiro

apoio aos municípios e pela organização daquela escala supramunicipal que demanda uma institucionalidade cuja árdua construção é responsabilidade e prerrogativa da instância estadual e que é imprescindível para o acesso da população a grande parte dos bens e serviços indispensáveis.

Esta postura, responsável e inovadora, deverá ser construída a partir do desenvolvimento das competências de gestão, da renovação dos métodos de trabalho e das estruturas de Governo, numa verdadeira **Gestão para Resultados**. Tal capacidade pressupõe grande investimento no desenvolvimento dos servidores públicos, submetidos a um processo de desprofissionalização ao longo dos últimos anos e no saneamento das finanças, agravadas pela crise para a qual a administração não se preparou. E, por fim, é necessário um **Redimensionamento da Estrutura Administrativa**, de modo a melhor atender as demandas presentes e futuras, com todas as ferramentas de gestão modernas.

Objetivos do Governo

A construção de um Plano de Governo desdobrado em propostas concretas deve ocorrer de forma detalhada ao longo do debate eleitoral, mas seu ponto de partida, para confrontar os problemas diagnosticados e realizar a estratégia que se propõe a resolvê-los é o atendimento do conjunto de objetivos de governo abaixo registrados e distribuídos:

Um Novo Jeito de Governar

1. Investir no **desenvolvimento do servidor público** (carreiras, educação permanente, aposentadoria e saúde)
2. Implantar modelo de **gestão pública para resultados** (contratos de gestão)
3. Ampliar as ações de **governo eletrônico**
4. Diminuir as **despesas correntes**
5. Reequacionar a **dívida pública**
6. Aumentar a **capacidade de investimento** do Estado
7. Promover **justiça fiscal**
8. Reorganizar a **máquina administrativa** do Estado
9. Implantar **planejamento intersetorial** integrado (estadual e regional)
10. Apoiar a melhoria da qualidade dos **serviços municipais** (Regiões de Desenvolvimento / Tudo Aqui)
11. **Reestruturar a atuação institucional** do Estado em nível regional
12. Constituir arranjos supramunicipais e **redes de cidades** para ações de governo (consórcios e redes)
13. Aumentar a **transparência** e o controle social do Estado, aproximando **governo e cidadão**
14. Promover **arranjos de cooperação** para governança entre instâncias públicas, empresariais e terceiro setor
15. Melhorar o **ambiente de negócios** (tempos de resposta a licenciamentos e alvarás)
16. Alavancar **parcerias público-privadas**
17. Equacionar **concessões de serviços** públicos
18. **Aglutinar as forças políticas do Paraná**, melhorando a capacidade reivindicatória do Estado
19. Respeitar **contratos juridicamente perfeitos**

Agricultura e Agroindústria

1. Retomar a implantação do **Sistema Estratégico de Gestão de Recursos Hídricos**
2. Prevenir o desgaste e recuperar a **saúde dos solos**
3. Incentivar o aumento da **produção de biomassa**
4. Integrar e promover uma ampla rede paranaense de **pesquisa e inovação** com inclusão dos setores privados
5. Incentivar a **integração internacional** da economia
6. Focar as políticas de desenvolvimento econômico nos setores estratégicos da **biotecnologia** (agrícola, avícola, florestal, saúde), indústria alimentar e energias renováveis
7. Promover a integração e o adensamento de **cadeias produtivas** na agricultura e na indústria
8. Promover **política de agroindustrialização** para agregação de valor
9. Identificar e fortalecer **arranjos produtivos locais**
10. Incentivar a instalação de **novas empresas e cooperativas** em setores de maior agregação de valor
11. Promover a **formalização da economia**
12. Ampliar o **crédito agrícola e suas garantias**
13. Regularizar ou ratificar as **pendências de titulação de terras**
14. Assegurar um adequado **fluxo de recursos de crédito fundiário** para empreendimentos viáveis
15. Consolidar os **assentamentos existentes**, assistindo técnica e financeiramente sua viabilização econômica e social
16. Aprimorar o sistema de **defesa animal** (livre de aftosa sem vacinação)
17. Promover a **segurança alimentar**

Assistência Social

1. Implantar a Rede Paranaense de **Proteção às Famílias Vulneráveis** (atenção integrada a partir de índice de vulnerabilidade social)
2. Promover a **segurança alimentar**
3. Ampliar e promover os **programas sociais** da Tarifa Social da Água, Luz Fraterna, Leite das Crianças, Bolsa Família, Compra Direta da Agricultura Familiar e outros
4. Erradicar o **trabalho infantil**

Atenção Integral à Saúde

1. Melhorar o acesso a **atenção básica de saúde** em todos os municípios
2. Melhorar o **acesso a serviços especializados** e à solução dos problemas de saúde para todos os cidadãos
3. Melhorar o atendimento ao **pré-natal, parto e atenção ao recém nascido** (Mãe Paranaense)
4. Implantar programas de **promoção de saúde e prevenção à violência e morte** em todo o Estado
5. Implantar programa estadual de **telemedicina** (atendimento e apoio ao atendimento à distância)

Cultura

1. Adotar **postura inovadora e transparente** na reformulação de processos e ações com inclusão dos setores privados (parcerias)
2. Promover a ampliação do acesso aos **bens culturais**
3. Promover a **produção artística**
4. Estimular a **descentralização da cultura** no estado
5. Implantar **programa de fomento à cultura**
6. Instituir **conselhos artísticos e curadores**

Desenvolvimento Econômico e Inovação

1. Integrar e promover uma ampla rede paranaense de **pesquisa e inovação** com inclusão dos setores privados
2. Implantar **políticas** inovadoras e compartilhadas **de fomento e incentivos fiscais** para o desenvolvimento sustentável
3. Incentivar a **integração internacional** da economia
4. Incentivar a instalação de **novas empresas e cooperativas** em setores de maior agregação de valor
5. Promover a **formalização da economia**
6. Assegurar um adequado **fluxo de recursos de crédito fundiário** para empreendimentos viáveis
7. Implantar novos **mecanismos de comercialização** e de distribuição de produtos
8. Focar as políticas de desenvolvimento econômico nos setores estratégicos da **biotecnologia** (agrícola, avícola, florestal, saúde), indústria alimentar e energias renováveis
9. Promover a integração e o adensamento de **cadeias produtivas** na agricultura e na indústria
10. Identificar e fortalecer **arranjos produtivos locais**

Desenvolvimento Florestal

1. Desenvolver política adequada de **preservação da floresta nativa**
2. Ampliar a **área de floresta** plantada no Estado
3. Aumentar a **produção de biomassa**

Educação, Ciência e Tecnologia

1. Integrar a promover uma ampla rede paranaense de **pesquisa e inovação** com inclusão dos setores privados
2. Ampliar o acesso às **redes digitais de conhecimento**
3. Ampliar **educação de nível médio e técnico**
4. Melhorar a **qualidade da educação**
5. Desenvolver **política** integrada **para a juventude**
6. Combater o **analfabetismo**
7. Fomentar o **desenvolvimento da ciência e tecnologia** a partir das instituições acadêmicas e de pesquisa
8. Promover o **aperfeiçoamento institucional do ensino superior**
9. Ampliar o **acesso às universidades** estaduais

Esporte, Lazer e Atividade Física

1. Criar a **política estadual do esporte, lazer e atividade física** alinhando objetivos estaduais e municipais
2. Estruturar programas que promovam junto à população **estilos de vida saudáveis**
3. Promover oportunidades para **a indústria do esporte** como geradora de emprego e renda
4. Reconhecer junto com a comunidade esportiva as **modalidades** que poderão ser desenvolvidas no estado
5. Implantar programas que oportunizem a **revelação de atletas**

Habitação

1. Prevenir o desgaste e recuperar a **saúde dos solos**
2. Regularizar ou ratificar as **pendências de titulação de terras**
3. Assegurar um adequado **fluxo de recursos de crédito fundiário** para empreendimentos viáveis
4. Reduzir o **déficit habitacional**
5. Melhorar a **habitabilidade** urbana e rural

Infraestrutura e Logística

1. Ampliar a duplicação do **sistema viário principal**
2. Adequar e complementar a malha de **rodovias secundárias**
3. Melhorar as **ligações** rodoviárias **vicinais**
4. Promover a ampliação da **malha ferroviária**
5. Articular a ampliação da **capacidade aeroportuária** para cargas e passageiros
6. Ampliar a **capacidade portuária**
7. Apoiar a expansão dos sistemas integrados de **transporte de massas**
8. Ampliar a produção de **hidroenergia** (Copel)
9. Concluir a instalação do sistema público de **transmissão de dados** de alta capacidade para todo o território paranaense (Copel)
10. Resgatar o **valor de mercado** da empresa (Copel)
11. Equacionar o problema do **custo da tarifa social** da energia (Copel)
12. Reorganizar a **governança** da empresa (Copel)
13. Ampliar a atuação da empresa no **mercado nacional e internacional** (Copel)
14. Diversificar as **áreas de interesse estratégico** da empresa (Copel)

15. Posicionar de maneira significativa a empresa no campo da **responsabilidade social** (Copel)
16. Resolver os problemas de dragagem do **Canal da Galheta** (Porto de Paranaguá)
17. Ampliar a **capacidade de contêineres** (Porto de Paranaguá)
18. Posicionar tecnicamente o porto como **não-graneleiro** (Porto de Paranaguá)
19. Reestruturar a **governança** (Porto de Paranaguá)
20. Ampliar a cobertura de **coleta e tratamento de esgoto** (Sanepar)
21. Integrar a promover uma ampla rede paranaense de **pesquisa e inovação** com inclusão dos setores privados (Sanepar)
22. Reestruturar a **governança** da empresa (Sanepar)
23. Retomar os projetos de **captação de recursos para investimento** (Sanepar)
24. Sanar os **conflitos entre acionistas** (Sanepar)
25. Reequacionar a **tarifa social** (Sanepar)
26. Checar **passivo com Copel** (Sanepar)
27. Checar dívida com o **fundo de previdência** da Sanepar
28. Checar o **plano de saúde** da Sanepar
29. Dirimir os **conflitos com os municípios concedentes** (Sanepar)
30. Desenvolver soluções para o **lodo do esgoto** (Sanepar)

Segurança Pública

1. Reduzir a **criminalidade urbana e rural**
2. Fortalecer as forças **policiais civil e militar**
3. Prevenir a **violência entre os jovens**
4. Combater o **crime organizado**
5. Desenvolver aplicação ampliada de **inteligência e tecnologia em segurança** (sistemas de informação e vigilância)

Sustentabilidade e Meio Ambiente

1. Revisar a **legislação** estadual **do meio ambiente** (equilíbrio entre possibilidades e restrições)
2. Retomar a implantação do **Sistema Estratégico de Gestão de Recursos Hídricos**
3. Prevenir o desgaste e recuperar a **saúde dos solos**
4. Fomentar **investimentos privados sustentáveis**
5. Incentivar o aumento da **produção de biomassa**
6. Promover a exploração e a **gestão sustentável dos resíduos sólidos**
7. Apoiar a **adequação das propriedades às exigências ambientais** (manejo de dejetos, matas ciliares, passivos de agrotóxicos)
8. Ampliar a cobertura de **coleta e tratamento de esgoto**
9. Implantar programa de **tratamento e destinação de lixo**

Trabalho

1. Promover a **formalização da economia**
2. Ampliar o acesso às **redes digitais de conhecimento**
3. **Qualificar os trabalhadores** para o mercado
4. Incentivar a aplicação da **Lei Geral de Pequena e Média Empresa**
5. Incentivar a aplicação da **Lei do Empreendedor Individual**

Turismo

1. Promover o **desenvolvimento da atividade turística** consoante com o desenvolvimento econômico, social e ambiental
2. Incentivar o desenvolvimento do **turismo**, principalmente **em sua vertente interna**
3. Contribuir com a melhoria de **qualidade de vida local, com promoção do lazer e com inclusão social das comunidades**

GOVERNADOR
BETO RICHA
VICE **FLÁVIO ARNS**
45



COLIGAÇÃO NOVO PARANÁ

(PSDB - DEM - PSB - PP - PPS - PTB - PMN - PHS - PTC - PSDC - PRP - PTN - PSL - PRB)